



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

> Conselho Regional de Coimbra

> Processo de Parecer Nº ° 28/PP/2018-C, de 13 de Julho de 2018

Assunto: Possibilidade de Advogado manter o mandato que lhe foi conferido por arguido em processo de inquérito, após ser também constituído arguido no mesmo processo de inquérito

Parecer

Por ofício datado de 20 de Junho de 2018 o Exmº. Senhor Procurador do Juízo de Competência Genérica de Seia da Procuradoria da República da Comarca da Guarda veio solicitar que este Conselho Regional se pronuncie sobre a possibilidade de o Exmº Sr. Dr. JA (...), advogado, manter o mandato que lhe foi conferido pelo arguido JS (..) no processo de inquérito nº (...), após, aquele Sr. Advogado, ter sido também constituído arguido naquele processo de inquérito.

Atento o disposto na alínea f) do nº 1 do artº 54º do Estatuto da Ordem dos Advogados compete ao Conselho Regional, no âmbito da sua competência territorial, pronunciar-se sobre questões de carácter profissional - que são as intrinsecamente estatutárias, ou seja, as que decorrem dos princípios, regras e praxes que comandam e orientam o exercício da Advocacia, nomeadamente as que relevam das normas do Estatuto da Ordem dos Advogados e do universo de normas emergentes do poder regulamentar próprio reconhecido por lei e pelos órgãos da Ordem - pelo que atenta a questão colocada e que se resume a cuidar de saber se um advogado que foi constituído arguido num processo pode, nesse mesmo processo, patrocinar e defender um outro arguido, impõe-se emitir o solicitado parecer.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Importa desde já declarar que este Conselho Regional pronunciou-se recentissimamente, através do parecer emitido no processo nº 38/PP/2017, sobre questão idêntica pelo que naturalmente se seguirá, reproduzindo-se na sua maior parte, trechos do mesmo.

Sobre questão idêntica e em 2012 o Conselho Geral da Ordem dos Advogados, no Processo nº 13/PP/2012-G respondeu extraíndo as conclusões que aqui integralmente se transcrevem por elucidativas:

- 1) *“O Instituto da defesa não é consagrado e/ou estabelecido apenas em favor do arguido, mas também para garantir o bom funcionamento da Justiça e a segurança no exercício daquele, que consubstancia um interesse de ordem pública.”;*
- 2) *“Não pode, pois, um advogado exercer em causa própria a sua defesa em processo-crime, por poderem vir a ser postos em causa aqueles desideratos”;*
- 3) *“Por maioria de razão, não poderá um advogado defender e/ou continuar a defender um arguido em processo-crime em que venha a ser constituído também arguido, não só por via da independência e isenção que um advogado tem de ter no exercício da sua profissão (cf. art. 76 do E.O.A.), mas também, e ainda pelos eventuais conflitos de interesse com o seu (ex)constituente (cf. art. 94º, nºs 1 e 4 do E.O.A.);”*
- 4) *“Compete à Ordem dos Advogados verificar/declarar qualquer impedimento/incompatibilidade entre o exercício da advocacia e outra actividade ou situação, que se mostrem em conflito com a dignidade e independência no exercício daquela (Cfr. arts 78, nº 4 e 79º do E.O.A.)”;*
- 5) *“Perante uma situação concreta, de um advogado defensor de um arguido passar, ele próprio, também a arguido nesse mesmo processo, não repugna aceitar que o Magistrado do Ministério Público e/ou o Magistrado Judicial, conforme for o caso, possam, no acto diligência em curso, fazer constar em Acta tal alegada incompatibilidade e nomearem defensor(es) ao(s) arguido(s)”;*



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

6) *“Se aquela(s) eventual(ais) incompatibilidades(s)/impedimento(s) se verificarem ab initio, é a Ordem dos Advogados a única competente para aquela declaração/verificação”;*

7) *“Se perante a situação referida em 5) destas conclusões, deverão os Magistrados comunicar à Ordem dos Advogados aquelas “constatação” e “nomeação” para o acto/diligência concreto em causa, a fim de aquela reconhecer/declarar, ou não, a suposta “incompatibilidade”, com as necessárias consequências, mormente no processo em causa.”;*

O parecer aprovado pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados cujas conclusões acima se transcreveram e as referências legais ali efectuadas foram-no ao abrigo do anterior Estatuto da Ordem dos Advogados (aprovado pela Lei 15/2005 de 26 de Janeiro), contudo mantêm-se plenamente actuais, porquanto o Estatuto da Ordem dos Advogados (doravante EOA) em vigor, aprovado pela Lei nº 145/2015 de 9 de Setembro, reproduz, nos seus artigos 81º e 99º, a disciplina que se encontrava plasmada nos artigos 76º e 94º do anterior EOA e em que se fundamenta aquele parecer.

É por demais evidente que a situação em análise pode colocar em causa os princípios e valores que se pretendem salvaguardar com a fixação dos impedimentos que se encontram actualmente consagrados nos art. 81º nº 1 e 83º, nº 1 do EOA, bem como outros valores fundamentais da advocacia e, designadamente, os protegidos pelos artºs 88º e 89º do EOA.

“Os impedimentos resultam de circunstâncias concretas que devem levar os advogados a recusar mandato ou prestação de serviços em função de conflito de interesses ou de simples decoro, já que o exercício da profissão deve ser livre, independente e adequado à dignidade da função” (Fernando Sousa Magalhães, Estatuto da Ordem dos Advogados Anotado e Comentado, pág 121, 2016)



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

É manifesto que o estatuto processual de arguido é absolutamente impeditivo do exercício, pelo Advogado ali constituído arguido, de quaisquer funções de patrocínio nesse processo, quer porque o exercício do mandato nessas circunstâncias seria suscetível de limitar a liberdade, isenção e independência do Advogado, quer por simples e exigível decoro.

Esta é a única solução que assegura o respeito pelos princípios da independência e da dignidade da profissão que o EOA consagra e cuja estrita observância reclama.

Conclusão:

Não pode um advogado defender ou continuar a defender um arguido em processo-crime em que venha a ser ou tenha sido constituído também arguido, por colocar em risco os princípios da liberdade, isenção e independência que são imanentes à advocacia e ao mandato forense, bem como colocaria em causa a própria dignidade da profissão

É este, salvo melhor opinião, o meu parecer.

Comunique-se ao processo supra referido.

À sessão do Conselho Regional

Coimbra, 13 de Julho de 2018



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Manuel Leite da Silva

Vogal do CRCOA